



ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM RECORTE ESPACIAL DO EIXO GOIÂNIA- ANÁPOLIS- BRASÍLIA

Janes Socorro da Luz

Universidade Estadual de Goiás/TECCER

jnsluz@hotmail.com

RESUMO:

O artigo objetiva analisar a questão da Habitação de Interesse Social, considerando um recorte espacial que envolve inicialmente as cidades diretamente ligadas ao Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, especialmente Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Goianápolis e Terezópolis. Apresenta informações que foram obtidas a partir da análise de banco de dados gerados pelo Governo Federal e Caixa Econômica Federal, além de dados obtidos em trabalhos de campo que subsidiaram projetos internos de pesquisa realizados entre 2010 e 2018, no âmbito da Universidade Estadual de Goiás. Em específico, discute a questão da moradia e a ação estatal na produção de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no âmbito do referido eixo.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Eixo. Programa Minha Casa Minha Vida.

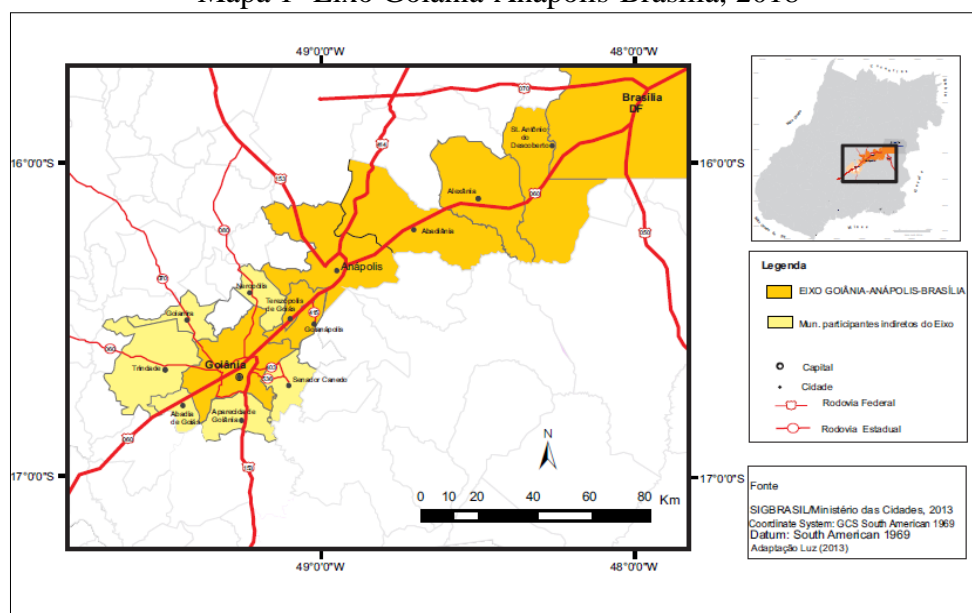
GT-16: Produção e reprodução do espaço urbano- teoria e prática

1 INTRODUÇÃO

Na discussão sobre o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília se destacam, entre outros, os trabalhos do IPEA/IBGE/Unicamp (1999); Arrais (2007); Haddad (2011); Furlan e Segalaa (2014); Santos e Ferreira (2013); e, Mendonça e Luz (2015). Em tese, o referido eixo envolve a presença de duas metrópoles, Goiânia e Brasília, sob o comando das quais gravitam cidades de pequeno e médio porte que compõem as respectivas regiões metropolitanas; além de Anápolis, uma cidade média que se destaca pelo exercício do comando regional. De modo geral, a delimitação do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília é imprecisa, pois existem indefinições na identificação das cidades que o compõem, (MENDONÇA; LUZ, 2015).

Por isso, adotamos a diferenciação empregada por Mendonça e Luz (2015), na qual são estabelecidos dois conjuntos de municípios relacionados ao Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Um é formado por municípios articulados diretamente ao eixo, cuja referência continua sendo a rodovia BR 060. O outro, por municípios indiretamente ligados, ou seja, que dependem de rodovias secundárias para acessar ao mesmo. Pertencem ao primeiro grupo os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE): Brasília, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia e Abadiânia; bem como os pertencentes à RMG: Goiânia, Goianápolis e Terezópolis de Goiás; e, também, Anápolis que se encontra entre as duas regiões metropolitanas, (Mapa 1).

Mapa 1- Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, 2018



Fonte: Mendonça e Luz (2015)

É no âmbito do conjunto de municípios diretamente ligados ao eixo que destacamos os exemplos que ilustram a discussão sobre a habitação de interesse social associada ao Programa Minha Casa Minha Vida, ou seja, Alexânia, Abadiânia, Anápolis, Goianápolis e Terezópolis de Goiás. O significado de eixo, em específico, foi apresentado por Sposito (2007, p. 3):

[...] abrange as mudanças que se dão na territorialização de novas dinâmicas direcionadas pelo paradigma dos eixos que se sobrepõe ao modelo do paradigma das áreas ou das manchas de disseminação de novas tecnologias e de unidades de produção. A tese defendida neste momento é de que o paradigma das áreas, sem a inter-relação de trocas, fluxos e movimento pessoas e mercadorias não explica mais as dinâmicas territoriais.

Dessa forma, ao empregarmos a expressão eixo, no que tange à dinâmica urbana, nos referimos às especificidades de um determinado território no qual se estrutura um arranjo urbano-regional, onde as características sociais, econômicas e políticas se articulam em função da estruturação das atividades e dos fluxos estabelecidos entre as localidades que o compõem e com ele se relacionam.

Por sua vez, a questão da Habitação de Interesse Social (HIS), no contexto do referido eixo, envolve uma revisão sobre a função social do espaço urbano, princípio constitucional no País, bem como, aspectos ligados ao processo de produção do espaço urbano que configuram a estrutura intraurbana dos municípios estudados e sua projeção regional. No que tange à discussão sobre a função social do espaço urbano é necessário destacar que a fluidez do território no qual o eixo se estrutura possui uma dinâmica que envolve os processos de expansão e apropriação das áreas do Cerrado, especialmente, no século XX.

Trata-se de um contexto histórico que envolve a produção do espaço em um processo marcado pela indissociabilidade entre ações e objetos, (SANTOS, 1996). No qual cidades foram criadas, estruturas estabelecidas e territórios criados, permitindo que relações produzissem a realidade presente, exemplificada pelos inúmeros problemas urbanos, entre os quais a questão da moradia se destaca.

A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, O USO DO SOLO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O uso do solo urbano assume importância com a socialização das condições gerais da produção e a capacidade de aglomerar, além de combinar meios de produção e de reprodução. Implica, portanto, na questão da segregação, quer como oposição entre centro e periferia ou separações crescentes entre as zonas de moradias reservadas para as camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular. E, também, no exercício do poder, considerando que “o poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros” (CLAVAL, 1979, p. 11). Pois, o uso do solo urbano, não se refere apenas ao crescimento da população mas, inclusive, como vivem esses moradores na cidade.

Trata-se de um fenômeno que envolve, portanto, a dimensão espacial, pois, o uso do solo agrega a noção de um espaço possível de ser diferenciado pela forma como é apropriado, assim, transformado em território. Também é uma discussão que envolve a questão do direito à cidade, amplamente estudado por Lefebvre, bem como, por Harvey (2009, p. 2), ao discutir a crise urbana do final da década de 2000, afirmava “Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam”, para acrescentar “a solução deve ser uma urbanização diferente e é aí que a luta pelo direito à cidade se torna crucial, porque nós temos a oportunidade de fazer algo diferente”.

Nesse sentido, destaca-se a problemática da Habitação de Interesse Social (HIS) e seu rebatimento na escala local, valorizando o lugar. Pois, conforme Carlos (1996, p. 15) “o lugar abre a perspectiva para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo [...] ao mesmo tempo em que expõe as pressões que se exercem em todos os níveis”.

A origem da HIS no país remete às primeiras décadas do século XX, segundo Bonduki (1994, p. 712) “[...]trata-se do momento em que, ao nosso ver, a questão habitacional é assumida pelo Estado e pela sociedade como uma questão social, dando início a uma ainda incipiente política habitacional no país”. Uma ação intervencionista ganhou relevância na base de referência do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que iniciou no final da década de 2000. Em relação ao PMCMV, especificamente, ressaltamos que o mesmo foi criado a partir de uma perspectiva econômica. Inclusive, para Rizek, Amore e Camargo (2015, p. 167), nesse contexto, trata-se de:

[...] produção habitacional em escala, altamente subsidiada e voltada às famílias de mais baixa renda [...] como forma de incentivo econômico à cadeia produtiva da construção civil [...], com importantes desdobramentos relativos aos vínculos entre capital financeiro e capital imobiliário.

O PMCMV passou por constantes transformações. Algumas fases marcaram as transformações ocorridas no programa, Amore (2014) salienta duas, das três fases existentes, a primeira (2009-2011) e a segunda (2011-2014). O autor prevê, ainda, a terceira fase:

É um programa em permanente construção e que, no momento de disputa eleitoral do fim do ano de 2014, teve sua continuidade garantida nos discursos e plataformas de todos os candidatos à Presidência da República, sendo que a presidenta reeleita já tinha se adiantado no compromisso com uma nova fase a partir de 2015 (AMORE, 2014, p. 18).

De fato, o PMCMV e sua terceira fase, iniciada em 2015, continua vigente apesar das transformações políticas e econômicas ocorridas no país. Veremos que, como Amore (2014) descreve, o programa está sempre em construção, principalmente, por sua elevada dependência das posições políticas diante a economia nacional. Ao considerar tais marcos na trajetória do PMCMV, destacaremos as principais alterações do programa. A primeira fase, como destacamos anteriormente, atendeu três faixas de renda: a faixa 1 atende as famílias com renda mensal bruta até 1.395,00; a faixa 2 atende as famílias com renda mensal bruta até 2.790,00 e faixa 3, atende as famílias com renda mensal bruta até 4.650,00, (AMORE, 2014). Segundo o autor, essa fase, atendeu as propostas quantitativas iniciais do programa.

Depois de dois anos de funcionamento (de 2009 a 2011), cumprida a meta quantitativa de 1 milhão de unidades contratadas, a Fase 2 do programa foi lançada com o objetivo de contratação de mais 2 milhões de unidades, incluindo uma revisão dos limites de cada faixa de renda, com aumento dos custos máximos das unidades e com a incorporação de especificações mínimas que incluíram a exigência de acessibilidade universal, aumentando as dimensões dos ambientes, e de padrões mínimos de acabamento (AMORE, 2014, p. 19).

Na segunda fase, agora no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), como o autor destaca, o projeto passa por revisões. A mais importante autoriza o atendimento de maiores parcelas da população com menor renda, que “passaram a responder pela meta de 60% das contratações, em resposta aos dados do déficit que historicamente se concentra entre as famílias com renda de até três salários mínimos. [...], o que poderia ter provocado distorções e a exclusão dos mais pobres” (AMORE, 2014, p. 19). Outro programa inserido foi o Programa Minha Casa Melhor que financia com juros subsidiados a compra de móveis e eletrodomésticos para beneficiários do PMCMV. A Urbanização de Assentamentos Precários que propõe revitalizar áreas urbanas precárias concluiu 1.582 empreendimentos, cerca de 67% da proposta entre 2007 e 2009. No âmbito o PAC 2, foram realizadas 415 novas contratações em assentamentos (GOVERNO FEDERAL, 2014).

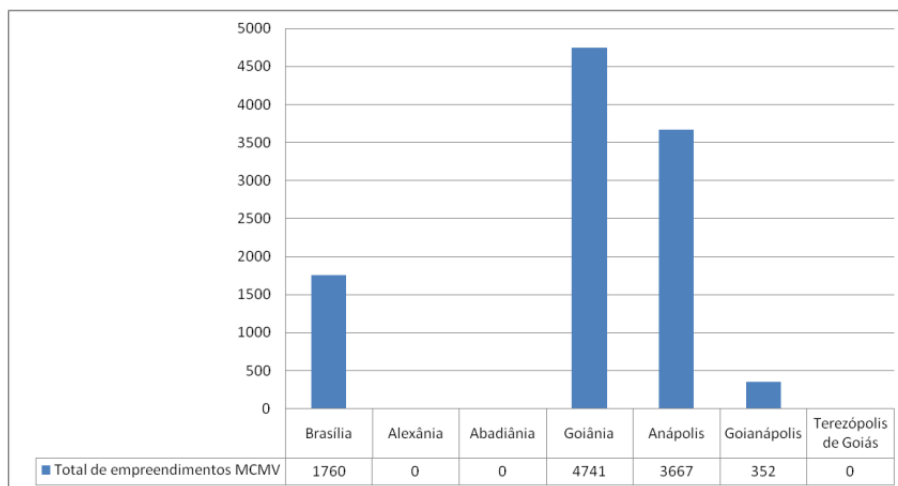
Nessa fase se destaca o PMCMV-E que destina atender, em larga escala, a população urbana, com o Plano Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e rural, como o Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), utilizando o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) “destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários” (CAIXAECONÔMICA FEDERAL, 2015, p. 02). O PMCMV-E destinou atender às famílias inseridas na faixa 1. De modo que, faixa 1, corresponde a renda familiar mensal de até 1.600,00 reais; a faixa 2, de 1.600,01 a 3.100,00 reais e a faixa 3, de 3.100,01 a 5.000,00 reais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

O PMCMV-E, nessa fase, concretizou as parcerias público-privadas através da Entidade Organizadora (EO) habilitada pelo MCidades. A EO, segundo a Caixa (2015, p. 04), representa “uma cooperativa habitacional ou mista, uma associação ou uma entidade privada sem fins lucrativos” e seu objetivo se resume em “reunir, organizar e apoiar as famílias no desenvolvimento e execução dos projetos habitacionais”, ou seja, vemos a importância do papel desempenhado pela Entidade Organizadora na concretização do empreendimento. Outro importante fator, no PMCMV-E, é a possibilidade da produção autogestionária que consiste na organização dos próprios beneficiários para acompanhar o processo de concepção do conjunto habitacional.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DAS CIDADES PESQUISADAS

Na área da pesquisa foram identificados conforme informações da Caixa Econômica Federal (2014), empreendimentos em Brasília, Goiânia, Anápolis e Goianápolis. Alexânia, Abadiânia e Terezópolis, não apareceram nos bancos de dados empregado no levantamento inicial, ver Gráfico 1. No caso, os dados de Brasília e Goiânia são apresentados como elementos para auxiliar na análise comparativa entre tais cidades e as demais do projeto.

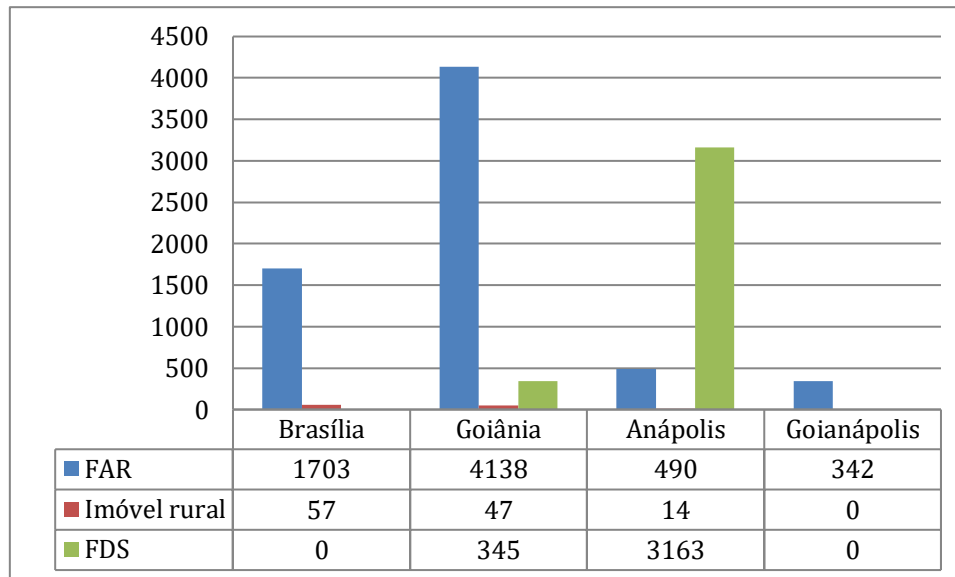
Gráfico 1 – Empreendimentos do PMCMV nas cidades pesquisadas, unidades habitacionais, 2014



Fonte: Caixa Econômica Federal(2014)

Nesse aspecto é possível perceber que as metrópoles receberam um número significativo de empreendimentos (unidades habitacionais), mesmo Brasília se destaca no contexto (não foram considerados os números do Entorno). Todavia, Anápolis apresenta um quantitativo que chama a atenção e demonstra a importância da cidade, enquanto cidade média, no eixo entre as supracitadas metrópoles. Em relação às modalidades de financiamento destacamos a predominância dos empreendimentos financiados pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), seguido do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), ver Gráfico 2.

Gráfico 2 – Financiamento dos empreendimentos do PMCMV na área pesquisada



Fonte: Caixa (2014)

Novamente os investimentos em Anápolis se destacam, em especial com recursos do FDS, ou seja, destinados tanto às obras de infraestrutura e saneamento como de habitação de interesse social. O direciona os investimentos para a faixa 1 do PMVMV.

No contexto socioeconômico, o destaque de Anápolis prevalece entre as demais localidades pesquisadas, ao considerarmos, por exemplo, a arrecadação de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que constitui a base das receitas dos municípios, ver Tabela 1.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS (R\$ MIL), de 2000 a 2017

Localidades	2000	2010	2014	2015	2016	2017
Anápolis	128.076	514.958	753.203	920.246	977.204	1.071.222
Goianápolis	241	622	1.346	-	1.517	3.677
Abadiânia	479	1.852	4.484	5.408	5.758	6.001
Terezópolis de Goiás	141	828	2.029	1.740	2.137	2.102
Alexânia	648	52.515	82.054	76.528	93.866	98.600

Fonte: Instituto Mauro Borges (2018)

Outro aspecto que fornece elementos para caracterizar o conjunto de cidades no contexto socioeconômico se refere ao Produto Interno Bruto *per capita*, ou seja, o valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes, ver Tabela 2,

Tabela 2 - Produto Interno Bruto *per capita* em reais, 2010 e 2015

Localidades	2010	2015
Abadiânia	8.094,07	16.000
Alexânia	14.464,56	27.952
Anápolis	33.013,34	36.294
Goianápolis	7.976,00	13.813
Terezópolis de Goiás	13.023,09	23.900

Fonte: IMB (2018).

É interessante observar que as cidades do Entorno, Alexânia e Abadiânia, apresentaram os maiores percentuais de crescimento do PIB *per capita* no período, com 49,4 e 48,3 respectivamente. Enquanto Anápolis apresentou apenas 9% de crescimento, percentual inferior também aos apresentados por Goianápolis e Terezópolis de Goiás com 42,3% e 45,5%, respectivamente. Outro indicador que é empregado na caracterização socioeconômica é o número de empregos com vínculo empregatício nos respectivos anos nas localidades pesquisadas, ver Tabela 3,

Tabela 3 – Número total de empregos com vínculo empregatício

Localidades	2000	2010	2015	2017
Abadiânia	1.105	1.768	2.342	2.425
Alexânia	1.047	3.122	4.409	5.190
Anápolis	40.123	82.172	99.003	95.434
Goianápolis	426	801	1.150	1.433
Terezópolis de Goiás	223	785	1.171	1.042

Fonte: IMB (2018)

A dinâmica econômica repercute na geração de postos de trabalho, estes por sua vez influenciam na atração de população e retroalimentam o processo de crescimento das cidades. Nessa perspectiva, as cidades de Alexânia e Anápolis apresentam dados que chamam a atenção, por exemplo, pois o número de postos dobraram ou mesmo quadruplicaram em relação aos períodos apresentados. E, acompanham essa dinâmica o rendimento médio apresentado para os mesmos anos, correspondendo à divisão da massa salarial pelo número de empregos, ver Tabela 4.

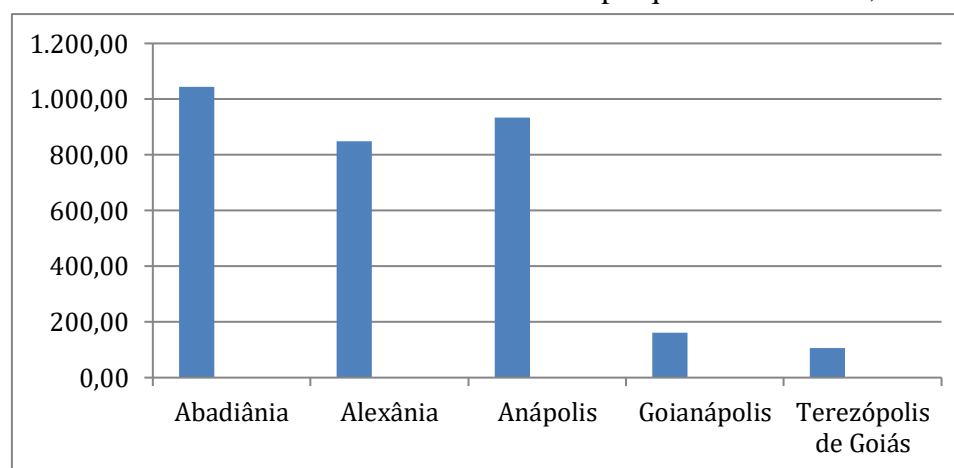
Tabela 4 -Rendimento médio (R\$)

Localidades	2000	2010	2015	2017
Abadiânia	268,82	768,5	1.409,64	1.658,57
Alexânia	350,80	1.123,28	1.738,26	2.018,93
Anápolis	428,78	1.257,22	2.068,36	2.486,74
Goianápolis	335,89	1.003,75	1.591,02	1.782,50
Terezópolis de Goiás	324,03	839,59	1.514,63	1.791,57

Fonte: IMB (2018)

Entre as localidades, o fato de Anápolis possuir uma economia mais diversificada com forte aporte nos setores secundário e terciário, justificam seu destaque. De modo geral, são localidades que possuem escalas diferentes no sistema urbano regional. Anápolis (cidade média e centro regional), Alexânia e Abadiânia (cidades inseridas na área de influência direta de Brasília na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno- RIDE). Enquanto Goianápolis e Terezópolis de Goiás estão articuladas de forma direta com Goiânia e as demais localidades da Região Metropolitana. Em termos de extensão da área territorial, Abadiânia, Alexânia e Anápolis possuem área superior às de Goianápolis e Terezópolis de Goiás, ver Gráfico 3.

Gráfico 3 – Área Territorial das localidades pesquisadas em Km², 2018



Fonte; IBGE (2017)

É interessante ressaltar que o município de Terezópolis de Goiás é relativamente jovem, tendo sido emancipado de Goiânia em 1993. No que tange ao quantitativo de população residente nas localidades pesquisadas e seu crescimento nas últimas décadas, destacamos o seguinte panorama na Tabela 5.

Tabela 5 - População total residente de 2000 a 2017

Localidades	População total (mil hab.)			
	2000	2010	2014*	2017*
Abadiânia	11.452	15.757	17.701	18.775
Alexânia	20.047	23.813	25.805	26.770
Anápolis	288.085	334.613	361.991	375.142
Goianápolis	10.671	10.695	11.013	11.471
Terezópolis	5.083	6.561	7.262	7.634

Fonte: Dados censitários do IBGE para 2000 e 2010, estimativas para 2014 e 2017

*Dados estimados

Em todas as localidades prevalecem os percentuais de população que reside nas áreas urbanas. De acordo com dados censitários do IBGE (2010) os percentuais de população urbana são de 68,4% em Abadiânia; 82,6% em Alexânia; 98,2% em Anápolis; 90,6% em Goianápolis; e, por fim, Terezópolis de Goiás com 86,5%. Essa concentração de população nas áreas urbanas repercute na demanda por moradia nas respectivas cidades. Entretanto, conforme destacamos antes, apenas Anápolis e Goianápolis receberam investimentos em empreendimentos do PMVMV que iniciou em 2009.

PROGRAMAS HABITACIONAIS EM GOIÁS: PROGRAMA MUTIRÃO, CHEQUE MORADIA E PMCMV

Em Goiás, antes do PMCMV (2009), ocorreu o Programa de Mutirão de Moradia na década de 1980, com início em 1983 (Governo Iris Resende Machado) que contemplou as localidades pesquisadas com casas construídas a partir de placas pré-moldadas de cimento. Em Anápolis foram construídas 259 casas, em Goianápolis e Abadiânia foram construídas 20 casas em cada cidade. Por sua vez, Alexânia e Terezópolis não foram contempladas pelo programa.

Inclusive nos dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás, publicado em 2013, sobre a precariedade habitacional, Alexânia e Terezópolis de Goiás não apareceram, ao contrário de Anápolis e Abadiânia, onde existiam respectivamente em situação de precariedade, ver Tabela 4:

Tabela 4 – Presença de precariedade habitacional nas localidades pesquisadas em 2000

Localidades	Total geral dos domicílios	Setores precários + setores subnormais	% de Domicílios em assentamentos precários
Abadiânia	1932	186	9,63%
Alexânia	4311	0	0,0%
Anápolis	78073	2.075	2,66%
Goianápolis	2595	0	0,0%
Terezópolis de Goiás	955.00	0	0,0%

Fonte: CEM/Cebrap a partir do Censo Demográfico IBGE (2000).

A presença da precariedade habitacional influi na necessidade de ações direcionadas para a questão da moradia. E, essa problemática passou a fazer parte da agenda governamental, tanto na escala estadual como federal. Nessa direção, o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) destacou que a Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) desenvolveu convênios que contemplou 119 cidades goianas, com a construção de 4.885 unidades em conjunto com a primeira etapa do PMCMV. Entre elas em Alexânia (50 unidades), mas, o investimento não ocorreu conforme esperado e o projeto foi encampado pelo governo estadual, por meio do Programa Cheque Moradia. O mesmo desenvolveu e ampliou o número de casas para 150 unidades no empreendimento Conjunto Habitacional Manoel Fernandes de Queiroz entregue em 2012..

No âmbito desta pesquisa não trabalhamos os empreendimentos do Programa Cheque Moradia, entretanto vale destacar que em 2018, convênio entre a AGEHAB e a Exel Construtora e Incorporadora projetam a construção de 58 unidades em Goianápolis e 354 em Anápolis, conforme informações disponíveis pela AGEHAB (2018).

Retomando a questão no âmbito do PMCMV que teve seu início em 2009, um aspecto que chama a atenção se refere a questão renda familiar, pois o enquadramento em cada faixa do programa depende desse indicador, bem como da existência de elementos que indiquem a precariedade habitacional. De início, ver Tabela 5, o número total de domicílios nas localidades pesquisadas.

Tabela 5 – Número de domicílios nas localidades pesquisadas, 2000-2010

Localidades	2000	2010	2000-2010
Abadiânia	3.214	4.637	44.3%
Alexânia	5.505	7.409	34.6%
Anápolis	80.423	104.258	29.6%
Goianápolis	2.812	3.230	14.9%
Terezópolis de Goiás	1.336	1.974	47.8%

Fonte: Dados censitários do IBGE (2000,2010)

Esse aspecto ganha relevância ao ser relacionado com questões ligadas à tipologia das construções, acesso, forma de ocupação entre outras características dos domicílios que indiquem a situação de precariedade habitacional. Por exemplo, ao considerarmos o número de domicílios particulares alugados, cedidos ou com outras formas de cessão de uso, temos os seguintes dados, ver Tabela 6.

Tabela 6 – Formas de ocupação dos domicílios particulares em 2010

Localidades	Alugados	Cedidos	Outros	Total
Abadiânia	692	631	-	1.323
Alexânia	1.361	1.020	14	2.395
Anápolis	26.143	8.302	176	34.621
Goianápolis	512	365	15	892
Terezópolis de Goiás	404	243	-	547

Fonte: Dados censitários do IBGE (2010)

Ao considerarmos a soma das formas de ocupação dos domicílios em relação ao total dos mesmos em 2010, verificamos que em média 30% dos domicílios são ocupados sem que o morador possua a propriedade do mesmo, por exemplo em Anápolis são 33,2% e em Goianápolis 27,6%. Tendo em vista o número de empreendimentos construídos pelo PMCMV de 2009 a junho de 2011 e desta data a 2014 (primeira e segunda fases) nas cidades pesquisadas (Anápolis e Goianápolis), verifica-se que a quantidade de unidades construídas são insuficientes para atender ao apenas dois dos componentes do déficit habitacional, ver Tabela 7.

Tabela 7 – PMCMV, empreendimentos e total de unidades, 2009-2014

Localidades	Empreendimentos	Total de Unidades	FAR	FDS
Anápolis	13	3.653	3.163	490
Goianápolis	2	352	352	0

Fonte: Caixa Econômica Federal (2014)

Como salientamos antes, em Abadiânia, Alexânia e Terezópolis de Goiás, não foram identificados empreendimentos financiados via FAR ou FDS pelo PMCMV. Mas, as informações das cidades demonstram que do total dos domicílios (Tabela 6), apenas 10,6% em Anápolis e 39,5% em Goianápolis da demanda foi atendida. Ou seja, existe um déficit habitacional que ainda permanece.

São valores que, inclusive, podem subir, pois, existem outros componentes na leitura do déficit habitacional. De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP, 2013) o déficit habitacional está diretamente ligado às deficiências do estoque de moradia (habitação precária) e à necessidade de incremento do estoque (coabitação familiar forçada, moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Nessa direção, com base nos estudos da FJP (2013) são componentes do déficit habitacional:

1. Habitação precária:: os domicílios rústicos e os domicílios improvisados;
2. Coabitação familiar: : os cômodos e as famílias conviventes secundárias que desejam constituir novo domicílio;
3. Ônus excessivo com aluguel urbano: número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% o u mais de sua renda com aluguel;
4. Adensamento excessivo em domicílios alugados : domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório. (IMB, 2017, p. 11)

Nesse sentido, nas cidades pesquisadas, considerando o número de famílias e os elementos que compõem a leitura do déficit habitacional, encontramos o seguinte panorama, ver Tabela 7,

Tabela 7 – Número de famílias em situação de déficit habitacional, 2017

Componentes do déficit	Abadiânia	Alexânia	Anápolis	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Habitação Precária*	14	70	324	331	24
Coabitação	0	1	8	0	0
Ônus excessivo com aluguel	254	695	10.019	89	220
Adensamento	3	16	144	4	1
Total geral	271	782	10.495.00	424	245

Fonte: IMB (2017), * Habitações rústicas mais improvisadas.

Em termos percentuais, significa dizer que o déficit habitacional representa 4,2% em Abadiânia, 8,9% para Alexânia, 7,86% para Anápolis, 12,6% para Goianópolis e 9,35 % para Terezópolis de Goiás.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das atividades iniciais do projeto destacaram a relevância da pesquisa na produção de informações sistematizadas que contribuem para a compreensão da dinâmica regional. O desenvolvimento das atividades de coleta de informações junto aos bancos de dados do Ministério das Cidades, Fundação João Pinheiro, Instituto Mauro Borges e IBGE, entre outros, foi lento, porém as informações permitem que outras cidades sejam trabalhadas e informações atualizadas. As atividades de digitalização e representação cartográfica, por sua vez, exigiram treinamento específico e foram as que produziram resultados menos satisfatórios, pois nos deparamos com questões materiais e técnicas (computadores e softwares). Entretanto, as etapas de coleta de dados em campo foram produtivas e o Laboratório de Geografia Urbana e Regional, passou a contar com um banco de imagens sobre HIS muito interessante. Inclusive, a partir das atividades de pesquisa foi gerado um Trabalho de Conclusão de Curso, outro foi iniciado e uma dissertação está em andamento, sobre os empreendimentos em Anápolis, bem como o capítulo de livro sobre a temática. Nesse sentido, o projeto produziu resultados que alcançaram os objetivos propostos.

Todavia, fica a compreensão de que a questão da moradia, principalmente de interesse social, exige que as ações ocorram de forma multiescalar e dimensional, além disso, que os agentes interajam com maior eficiência para permitir que os recursos sejam aplicados com mais equidade. Outra questão que fica se refere à necessidade de realizar a avaliação pós-ocupação dos empreendimentos, como mecanismo de garantir a inclusão social dos residentes. Para muitos moradores a casa própria representa “um presente de Deus”, mas é necessário informar o custo deste presente e o que ele representa.

Figura 2 – Residencial Recanto do Lago, Goianópolis, 2018



Fonte: Autoria própria.

4 REFERÊNCIAS

AMORE, Caio S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SCHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-28.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política:** Um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Bertrand Brasil, 2005

ARROYO, M. Bases territoriais técnicas e normativas para os fluxos internacionais de comércio. O caso do Estado de São Paulo, Brasil In Encontro dos Geógrafos da América Latina, Lima, 2013, **Anais...** Lima: UIG, 2013.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Cadernos de Habitação.** Brasília: MinCidades, 2008.

BRASIL, Constituição; República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____, Lei no. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 11 de julho de 2001, Seção 1.

_____. Instrução Normativa No 4, de 15 de janeiro de 2010. Dispõe sobre novos prazos e condições para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Diário Oficial da União. Brasília, 18 de junho de 2010, Seção 1, p. 111 a 112.

_____. Lei no. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Diário Oficial da União. Brasília, 17 de junho de 2002, p. 0001 a 0003.

BECKER, B.K. **Os eixos e integração e desenvolvimento e a Amazônia.** Território, ano IV, n.6, jan./jun., 1999 p 29-42.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no País. **Análise Social**, vol. 29, 1994, 711-732

CARLOS, A.F.A.. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.15.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil, 2017.

FURLAN, F.;SEGALA, M. **Conheça os principais corredores da riqueza no Brasil**. **Revista Exame.Com**, São Paulo, set, 2014. Disponível em <http://exame.abril.com.br/noticia/corredores-da-riqueza/imprimir>. Acesso em set./2014.

FURTADO, C. Os desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004 483-486.

HADDAD. M. B.. **Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília**: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas. Dissertação de Mestrado. PUC GO. Goiânia, GO, 2011

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annalume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos demográficos de 2000 e 2010. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br>, Acesso em nov./2018.

INSTITUTO MAURO BORGES, **Estatísticas municipais**. 2000 – 2017. Disponível em< <HTTP//www.imb.gov.br. Acesso em nov./2018.

LUZ, Janes S. da. **A (Re)Produção do Espaço de Anápolis/GO**: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFU. Uberlândia, 2009. 349f.

MENDONÇA, G. H.; LUZ, J. S. Aspectos da reconfiguração do espaço urbano-regional: o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília IN LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. (orgs.) **Cerrado**: Projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território. Anápolis (GO): Ed. UEG, 2015

RIZEK, Cibele S.; AMORE, Caio S.; CAMARGO, Camila M. de. Política habitacional e políticas sociais: Urgências, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 165-186.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Território e Dinheiro. In: SANTOS, M. (Org). **Território, Territórios**. Niterói (RJ):PPGEO-UFF/AGB, 2002, p. 9-16.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.



SHIMBO, Lúcia Z. **Habitação social de mercado: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

SPOSITO, M. E. B. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: UNESP, 2001.

_____. **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANNA, P. J. B; LIMA, A. F. R.. **Déficit Habitacional em Goiás: Uma Análise do CadÚnico – 2017.** Goiânia: IMB, 2017.